



Violência se resolve com justiça

As crianças da periferia têm sua cidadania negada, seu direito à dignidade violado e não contam com nenhuma estrutura de lazer

Os números são cruéis. A violência cresce assustadoramente em todos os centros urbanos e, infelizmente, a sua ligação com a juventude também. Estudos recentes revelam que a maior parte das vítimas e autores de atos violentos encontra-se na faixa entre os 15 e 24 anos. É nas periferias das metrópoles que esse drama é vivido de forma mais perversa. Qual a alternativa para transformar essa realidade?

Há uma quase unanimidade entre todas as organizações (governamentais ou não) que atuam com jovens ou com a questão de segurança que o único caminho para inverter o rumo dessa lógica perversa é o de investir em qualidade de vida para a parcela mais pobre da população. Sem educação, saúde pública, moradia decente, sem possibilidade de emprego e renda, os jovens pobres têm sua cidadania negada e seu direito à dignidade violado. É na marginalidade e na exclusão que eles desenvolvem formas de sobrevivência e ascensão social.

Curioso é que os governos têm atuado na contramão de uma saída para essa questão. Priorizam os centros comerciais e financeiros das cidades para aplicação da maior parte dos recursos públicos, inclusive no que diz respeito a investimentos para garantia de maior segurança.

Para a Fundação Travessia, a violência nas grandes cidades só diminuirá com maior investimento em qualidade de vida nas periferias. Os orçamentos públicos precisam ser destinados fundamentalmente para quem mais precisa deles. A sociedade precisa ser esclarecida em relação a isso. Não se pode responsabilizar o jovem ou o policial pessoalmente. É necessário compreender a falta de perspectiva e a dinâmica perversa que os envolve. Neste ano de eleições, toda a sociedade deve exigir o aprofundamento desse debate. Os candidatos e as organizações sociais têm obrigação de apresentar propostas para além da simples repressão.

a periferia precisa de respeito

É possível diminuir a violência nas grandes cidades realizando um trabalho que garanta cidadania aos mais carentes. Essa opinião é compartilhada por lideranças comunitárias e pela Polícia Militar de São Paulo

“Os fatores que geram a violência em grande medida estão associados à questão social: desemprego, ocupação urbana desordenada, falta de aparelhamento público adequado em áreas como as de saúde e educação. Mas também têm a ver com a falta de referências. Todo cidadão vive de símbolos e o jovem muito mais. Na minha adolescência, tínhamos o Pelé e o Emerson, por exemplo. Hoje, nas periferias das grandes cidades, o traficante se tornou a referência principal. Ele é quem faz sucesso.” A afirmação acima – que poderia ter sido feita por um representante da Igreja ou um agente de uma ONG que atua na área da violência – é de autoria de Miguel Libório Cavalcante Neto, Major da Polícia Militar de São Paulo e chefe interino do Departamento de Polícia Comunitária e de Direitos Humanos da corporação.

A compreensão do Major da PM sobre a questão da violência está em absoluta sintonia com o pensamento de outros atores que estudam e vivem o problema. Não será com uma política repressiva que se irá dar segurança ao cidadão das grandes cidades. É preciso investimento social para que a juventude, principalmente, se forme no caminho da cidadania.

Lucila Pizani Gonçalves, 41 anos, moradora da periferia e representan-

te do Centro de Direitos Humanos e Educação Popular do Campo Limpo, acredita que a violência nas periferias é consequência da falta de políticas sociais e responsabiliza os governos por isso. “Não há política pública e investimento social nas periferias. Não fossem as ONG’s, igrejas e outras entidades não haveria nada por aqui. Como um garoto pobre vai ter curso de informática, inglês ou algo assim para atender as exigências desse mundo moderno? Ele está fadado ao fracasso. E como sabe disso, busca outros caminhos para melhorar de vida”, aponta.

A dificuldade das famílias – Tanto nos atendimentos realizados pela Fundação Travessia como na observação daqueles que estudam o problema, fica claro que a situação de marginalidade dos jovens está também ligada a problemas de falta de condições adequadas para a organização familiar. Lucila diz que são relativamente comuns histórias em que as famílias agradecem a Deus por terem levado seus filhos ou irmãs antes que o “problema” crescesse ainda mais. “Recentemente vi isso acontecer com um garoto de 14 anos. Ele não tinha pai nem mãe e vivia com o irmão casado, mas era tratado de forma diferente. Morava no porão da casa e era discriminado. Com o passar dos dias começou a cometer alguns delitos e o

irmão achou por bem prendê-lo em casa. Depois de um tempo, fugiu e apareceu morto. Fomos conversar com o irmão e ele se dizia aliviado, pois não sabia como lidar com o garoto.”

O Major Libório diz que a Polícia Militar está se preparando para atuar nessas situações.

Ele destaca o trabalho do Sargento Davi, da base comunitária do Jardim Ângela. Segundo o Major, Davi tem acompanhado a educação de dois adolescentes que haviam sido expulsos da escola. “O Sargento intercedeu pelos alunos e hoje acompanha a educação deles, que vão ao posto policial para que Davi verifique se estão fazendo os deveres de casa e como têm se comportado”, conta. O Major destaca que Davi é morador do bairro e nasceu lá. O que, na sua opinião, lhe dá credibilidade necessária para agir dessa forma com a comunidade. “As pessoas respeitam o Davi porque conhecem seu histórico, sabem quem ele é”, ressalta. Na opinião do Major, a Polícia Militar deve ser uma prestadora de serviços para a comunidade, não uma força. Lucila garante que jovens com perspectiva não caminham para a marginalidade. Cita vários exemplos de recuperação ligados à profissionalização que deram certo. Duas pontas da questão e um caminho claro. O desafio é construí-lo.

a solução é local



Oscar Vilhena do Ilanud

“A violência não está espalhada por toda a cidade. Em Moema o problema é bem diferente do Jardim Ângela”, sustenta Oscar Vilhena

melhor taxa social os índices são outros. Em Moema, o número cai para 10; Perdizes, 11; Alto de Pinheiros, 13. Fica evidente que a violência está relacionada com indicadores sociais baixos.

E em relação à violência juvenil?

Em São Paulo os menores de 18 anos são responsáveis por 7,5% do total de homicídios. Da forma como isso é tratado por alguns setores parece que esse número é muito maior. Tenho também alguns dados do Rio de Janeiro, muito semelhantes com os de São Paulo. Dos jovens até 18 anos presos no Rio, 1,2% estão lá por latrocínio (roubo seguido de morte); 8,7% cometeram homicídios (onde não houve roubo); 9,5% praticaram furtos; 36,1% tráfico de drogas; 39,7% estão presos por roubo. Ou seja, diferentemente do que se fala, a maior parte dos jovens presos não é de alta periculosidade.

O senhor poderia citar experiências nacionais ou internacionais que mudaram essa realidade da violência entre jovens de periferia?

Vou citar um exemplo para mostrar que não é necessário ser um Estado rico para resolver esse problema. Roraima tem

realizado um programa com excelentes resultados. Ao invés de ter um local grande para receber os garotos, eles construíram um programa com pequenas casas que têm uma família de tutores. As casas têm cores diferentes e cada cor representa um tipo de delito. Elas são abertas, mas os garotos não estão autorizados a sair. Só quem desobedece às regras vai preso e o jovem vai mudando de cor de casa conforme seu comportamento. Essa experiência está dando um resultado fabuloso, 99% dos jovens não voltam a delinquir. Aqui, em São Paulo, depois de uma experiência na Febem mais de 50% dos jovens retornam à delinquência, e lá se gasta bem menos.

E o que a sociedade pode fazer para mudar isso?

O que me parece interessante é construir programas em que os jovens sejam atores do seu próprio agir. É preciso envolvê-los para mudar a realidade em que vivem e é bom destacar que a violência não está espalhada por toda a cidade. Em Moema o problema é bem diferente do Jardim Ângela. É preciso dar soluções locais.

Oscar Vilhena, diretor executivo do Ilanud (Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento da Delinquência) e professor da PUC-SP, faz um diagnóstico da violência na juventude e comenta programas que têm tido resultados positivos nesta entrevista exclusiva para o boletim Travessia

Travessia – A que o senhor atribui os altos índices de violência na periferia, principalmente entre jovens?

Oscar Vilhena – A principal razão é a ausência de presente e a falta de perspectiva de futuro na vida desses jovens. Eles têm baixo padrão de educação e não confiam que se levarem o estudo na escola pública até o final vão ter uma vida melhor e irão conseguir um emprego. E como os jovens querem ser protagonistas de algo, alguns deles vão buscar isso no convívio com as gangues. O que os torna vulneráveis.

O senhor tem índices a respeito disso?

Nos bairros de pior taxa social como Itaquera, Cachoeirinha, Jardim Ângela ou na região da Rodovia Raposo Tavares, há maior incidência de violência. No Jardim Ângela, são mais de 100 homicídios por 100 mil habitantes ao ano; na Brasilândia, 93; no Jardim São Luiz, 81. Por outro lado, em bairros de

O jovem precisa ter direitos respeitados

A Fundação Travessia tem um programa para que o adolescente em situação de rua retorne ao convívio familiar e comunitário

O Programa Educação, Família, Escola, Comunidade e Moradia da Fundação Travessia acompanha atualmente 60 famílias desses garotos. Delas, 34,2% da Zona Leste; 17,3%, Zona Noroeste; 13,5%, Zona Norte; 11,5%, Zona Sul; 7,7%, Zona Oeste; 5,8%, Zona Sudeste; 9,6%, litoral, interior e outros estados.

Um dos objetivos do Programa é de que a criança ou adolescente retorne para a família e à comunidade de origem. “Porém, a elevação dos níveis de violência nesses lugares tem nos obrigado a refletir a respeito da qualidade desse retorno”, afirma Clóvis Tadeu Dias, gerente do Programa.

As principais propostas do Programa são: realização de investimentos que fortaleçam os

movimentos comunitários existentes; a participação das famílias em associações, grupos e núcleos de trabalho; investimento nas escolas em educação para a cidadania; fortalecimento da comunidade para requerer judicialmente seus direitos via Ministério Público e associações; espaços protetores como áreas de cultura, esportes e lazer; postos de saúde na comunidade com equipe treinada para o atendimento à adolescência; escolas próximas e abertas para o uso comunitário; segurança pública como direito e não como favor; políticas públicas pautadas em princípios constitucionais como municipalização e regionalização para atender de forma equilibrada às diversas demandas da comunidade.

o raio x da família

Diagnóstico ajuda a conhecer melhor o universo familiar a que pertencem os meninos em situação de rua que circulam pelo centro de São Paulo

Nos dias 30 de maio e 13 de junho foram realizados dois workshops para apresentação do diagnóstico das famílias de crianças e adolescentes em situação de rua. Os resultados apresentados foram obtidos a partir de informações produzidas pelos educadores da Fundação Travessia e acumuladas em seu banco de dados desde 1996. O trabalho de pesquisa, realizado em parceria com a UNESCO, Cebrap, Instituto de Terapia Familiar e Fundação BankBoston, sistematizou todas as informações para que se pudesse chegar ao perfil das crianças, adolescentes e suas famílias.

A partir desse diagnóstico, organizações sociais, seus técnicos e educadores estão conhecendo melhor o universo familiar a que pertencem os meninos em situação de rua que circulam pelo centro de São Paulo, o que resultará numa maior capacitação deles para atuar e aprimorar as intervenções dirigidas.

As principais conclusões da pesquisa apontam para a necessidade de maior investimento em tecnologia de informação; de aumento no investimento em formação para os profissionais na área de trabalho com famílias; e para a premência na constituição de uma rede de atendimento interinstitucional por meio de estratégias de conexão e complementação.

O diagnóstico também proporcionou reflexões sobre a circulação das crianças, a ausência de informação a respeito das figuras masculinas na família e os contextos de expulsão.

No segundo semestre todos que participaram dos workshops receberão o diagnóstico publicado, que terá tiragem de 10 mil exemplares. Deles, 7 mil em língua portuguesa e 3 mil em inglês.



Og Dória, do Travessia, participa da mesa de apresentação dos dados do diagnóstico

AGENDA

- Desde o mês de maio, a Fundação Travessia conta com a contribuição de dois novos profissionais contratados: Og Roberto Dória, que assumiu a superintendência geral, e Lúcia Pinheiro, na coordenação dos programas da Fundação.
- Dias 30/6, 1 e 2/7 – Realização do I Encontro Estadual sobre Educação Social na Rua com o apoio de várias organizações sociais, onde se pretende promover o encontro entre os educadores que atuam na área. Informações pelo fone 411-0161 com Márcia.
- Dia 6/7 – Leilão das obras produzidas por vários artistas para a campanha "Isto é a cara de São Paulo", promovida pelo Shopping Light em benefício à Fundação Travessia.
- Dia 14/7 – Realização do III Concurso de Cartões de Natal, promovido pela Fundação Travessia, com o apoio da Fundação BankBoston.